UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM – FACL
LICENCIATURA EM LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA

ADRIELLY DE KÁSSIA SILVA DA SILVA

A TRADUÇÃO INTERLINGUAL DE FÁBULAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS ESCRITO NO FUNDAMENTAL MAIOR

ABAETETUBA-PA

2021

ADRIELLY DE KÁSSIA SILVA DA SILVA.

A TRADUÇÃO INTERLINGUAL DE FÁBULAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS ESCRITO NO FUNDAMENTAL MAIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, pela Faculdade de Ciências da Linguagem na Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profª. Drª. Márcia Monteiro Carvalho.

ABAETETUBA-PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t Silva, Adrielly de Kássia Silva da.
Tradução interlingual de fábulas para o ensino de português escrito no fundamental maior / Adrielly de Kássia Silva da Silva. — 2021.
36 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Márcia Monteiro Carvalho
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2021.

1. Tradução Interlingual. 2. Libras-Português. 3. Literatura Surda. 4. Tradutores de Libras. I. Título.

CDD 400

A TRADUÇÃO INTERLINGUAL DE FÁBULAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS ESCRITO NO FUNDAMENTAL MAIOR

Adrielly de Kássia Silva da Silva (UFPA)[1]
Márcia Monteiro Carvalho (UFPA; PGET/USFC)[2]

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo promover a inclusão de discentes surdas e surdos de escolas públicas. Tendo como base teórica os estudos de Quadros e Karnopp (2004); Dizeu e Caporali (2005) que investigam a língua gestual-visual, ou seja, língua de sinais, sua importância no processo de construção da pessoa surda e sua definição como língua da comunidade surda brasileira. Esta pesquisa também expõe a necessidade de profissionais Tradutores e Intérpretes de língua de sinais no sistema educacional. A partir de Lacerda (2009, 2013); Fernandes e Rios (1998) enfatizamos que há carência, não somente no ambiente escolar, mas em vários espaços sociais. Como proposta pedagógica foi sugerida uma *Sequência Didática Comentada (SDC)* para trabalhar o ensino do gênero textual fábula o qual visa contribuir com o ensino do Português escrito para discentes surdas(os) do 6º ano do Ensino Fundamental Maior da escola Benvinda de Araújo Pontes no município de Abaetetuba-Pa. Esta proposta envolve a Tradução Interlingual Português-Libras de uma fábula infanto-juvenil ressaltando a importância do trabalho com a Literatura Surda como recurso pedagógico a favor da inclusão nas escolas favorecendo o resgate da história e da cultura surda.

Palavras-Chave: Tradução interlingual: Libras-Português. Literatura surda. Tradutores de Libras.

[1]Graduanda do curso de Letras-Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará, campus de Abaetetuba. E-mail: adrielly.silva@abaetetuba.ufpa.br
[2]Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA); Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGET-UFSC). Doutora em Estudos da Tradução. E-mail: mmcarvalho@ufpa.br

ABSTRACT:

This work has as goal promote the inclusion of deaf students from public schools. Having as theoretical basis, the studies of Quadros and Karnopp (2004); Dizeu and Caporali (2005) who investigate the gestural-visual language in other words, sign language, its importance in the process of construction of deaf people and its definition as language of Brazilian deaf community. This research also exposes the need of translators and interpreters of Sign language in educational system. From Lacerda (2013, 2019); Fernandes and Rios (1998), it is emphasized that there is a shortage, not only in school environment but in many social environments. As pedagogical proposal, it was suggested a *Commented Didactic Sequence (CDS)* to work the teaching of textual genre Fable, which looks to contribute to the teaching of written Portuguese to deaf students of 6th grade in Elementary school at the school Benvinda de Araújo Pontes in Abaetetuba – Pa. This proposal involves interlingual translation Portuguese-Libras of a Children and Youth children fable highlighting the importance of work with deaf literature as pedagogical resource in favor of inclusion in schools, benefiting the rescue of deaf history and culture.

Key words: Interlingual Translation. Libras-Portuguese. Deaf Literature. Translators of Libras.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que por muito tempo a educação de pessoas surdas está subordinada à da cultura ouvinte. Esta que é majoritária sobre a cultura surda, o que significa dizer que, há imposição de uma língua (de ouvintes) sobre a comunidade surda. Hoje, estudos apontam que a Libras é a língua principal e mais eficiente para o processo de aprendizagem da pessoa surda. No entanto, é somente a partir da presença da língua de sinais na escola que acontece a inclusão e que o aluno surdo poderá desenvolver os demais conhecimentos? O presente trabalho tem como um de seus objetivos propor uma *Sequência Didática Comentada*[3] *(SDC, intercambiavelmente)* que visa contribuir com o ensino do português escrito para discentes surdas(os) do ensino fundamental maior do 6º Ano de uma escola pública do município de Abaetetuba-Pará, utilizando como ferramenta de ensino a tradução de literatura para a Libras, especificamente uma fábula. Além disso, busca-se apresentar aspectos que contribuem para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, objetivando mostrar de quais maneiras é possível que o processo de inclusão de pessoas surdas aconteça na escola.

O trabalho com uma *SDC* é capaz de ensinar as alunas ou os alunos a dominar um gênero de texto de forma gradual, passo a passo. Ao organizar uma *Sequência Didática Comentada*, a ou o professor(a) pode planejar etapas do trabalho juntamente com as alunas ou os alunos, de modo a explorar diversos exemplares desse gênero, estudar as suas características próprias e praticar aspectos de sua escrita antes de propor uma produção escrita final. Outra vantagem desse tipo de trabalho é que a leitura, a escrita, e aspectos gramaticais são trabalhados em conjunto, o que faz mais sentido para quem aprende.

---

[3]Adotaremos o termo *Sequência Didática Comentada/SDC* utilizado por Priscila Monteiro, consultora pedagógica de NOVA ESCOLA, a qual elaborou uma *SDC* com base em uma proposta da Secretaria de Educação da cidade de Buenos Aires e nos identificamos pelo fato tecer comentários sobre cada etapa ao longo do processo, o mesmo que vamos fazer nesse trabalho. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1493/como-organizar-sequencias-didaticas . Acesso em: 18/10/2021.
"As sequências didáticas são um conjunto de atividades ligadas entre si, planejadas para ensinar um conteúdo, etapa por etapa. Organizadas de acordo com os objetivos que a professora ou o professor quer alcançar para a aprendizagem de seus discentes, elas envolvem atividades de aprendizagem e de avaliação". Disponível em: https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/artigos/artigo/1539/sequencia-didatica-e-ensino-de-generos-textuais. Acesso em: 29/09/2021.

Como embasamento teórico foram utilizados principalmente os estudos de Quadros (2004); Quadros e Karnopp (2004); Dizeu e Caporali (2005), sobre a importância da Libras e sua aquisição para pessoas surdas. Carvalho (2017); Lacerda (2009, 2013); Fernandes e Rios (1998), sobre o uso da Libras e do Português escrito no processo de educação. Quadros (2004); Lacerda (2010); Oliveira, Rodrigues e Silva (2019); Araújo e Carvalho (2017); Rodrigues e Beer (2015); Junior e Vasconcellos (2009); Pargura (2003); Arrojo (1986); Rosa (2008), a respeito de tradutores e intérpretes de Língua de sinais e tradução/interpretação interlingual. Karnopp (2006); Mourão (2016); Klein e Rosa (2011); Bosse (2019); Andrade (2020); Passos e Santiago (2019), quanto à importância da Literatura Surda.

Para a realização da *Sequência Didática Comentada* será utilizado um livro infanto-juvenil em português escrito pela escritora paraense Uendy Feitosa que foi traduzido para a Libras pela tradutora e intérprete de Libras Márcia Carvalho. Para alcançar o objetivo da pesquisa inicialmente foi pensado em aplicar a proposta de *Sequência Didática Comentada* juntamente com a turma onde há de pessoa surda incluída, no entanto, por conta da pandemia do Coronavírus[4] infelizmente não foi possível, então, diante disso optou-se por apresentar nos procedimentos metodológicos uma sugestão de *Sequência Didática Comentada* (que será explorada no tópico Procedimentos metodológicos) como sugestão de atividade que venha desenvolver a leitura e a escrita do público surdo.

O acesso à uma língua gestual-visual, no caso de pessoas surdas brasileiras à Libras (Língua Brasileira de Sinais) por crianças e adolescentes surdos, é de fato, a língua mais eficaz para o seu desenvolvimento. A Libras é a língua de sinais reconhecida como meio legal de comunicação de pessoas surdas brasileiras a partir da lei 10.436 de 24 de abril de 2004. Sendo assim, nada mais justo que seja por meio dela que o processo de desenvolvimento linguístico de pessoas surdas deva acontecer. Mas, para isso, é necessário que se encontre amparo pedagógico e psicológico – sobretudo no contexto

[4]A **pandemia de COVID-19**, também conhecida como **pandemia de coronavírus**, é uma pandemia em curso de COVID-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). [...] Em 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como pandemia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19 Acessado em: 29/09/2021.

escolar –, além de ações de caráter inclusivo, a fim de trabalhar a língua materna da pessoa surda no Brasil.

A comunidade surda tem estado cada vez mais presente em todos os campos de atuação da sociedade, especialmente no mercado de trabalho, nas escolas, universidades, o que mostra a importância da utilização da Libras para o crescimento pessoal e profissional dessas pessoas. As línguas de sinais, assim como as línguas orais são consideradas línguas naturais, já que, por meio delas, acontece um processo efetivo de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

Este trabalho seguirá o seguinte percurso: primeiramente será discutido sobre: *A importância da aquisição da língua gestual-visual (Libras) para pessoas surdas*. Em seguida será apresentado a seção sobre: *Libras e Português escrito para a educação de pessoas surdas.* No terceiro momento serão trabalhados os tópicos sobre *Tradutores e Intérpretes de língua e sinais* e a *Tradução Interlingual: Português-Libras.* Para encerrar a fundamentação teórica, será apresentada a seção *A importância da Literatura Surda no processo educacional.* Após esse momento será exposta a metodologia, que tem como base uma *SDC* e a utilização do Livro *"E quem disse… Que não falo?"* da autora Uendy Feitosa. E por fim, as considerações finais desta pesquisa seguidas das referências.

1 A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA GESTUAL-VISUAL (LIBRAS) PARA PESSOAS SURDAS

A Libras é uma língua usada pela comunidade surda brasileira, no entanto, não são somente as pessoas surdas que fazem uso, pode-se incluir nesse contexto pessoas ouvintes, amigas(os), familiares e profissionais que fazem parte da vida das surdas e surdos. É uma língua reconhecida pelas comunidades surdas urbanas brasileiras, assim como o português, língua majoritária no Brasil. De acordo com Quadros (2004) a Libras é uma língua natural, por apresentar aspectos linguísticos, semânticos, sintáticos, morfológicos e fonológicos, tais como as línguas orais, o que torna possível a manifestação de qualquer expressão decorrente da necessidade comunicativa do ser humano.

Assim, “[...] as línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, consequentemente, compartilham uma série de características que lhes atribuem caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação” (QUADROS, 2004, p. 30). Por meio desta língua a pessoa surda pode manifestar qualquer conceito abstrato, como emoções e sentimentos. É necessário compreender que a língua de sinais é totalmente independente das línguas orais. Enquanto que as línguas orais são de natureza oral/vocal-auditiva, as línguas de sinais são de natureza gestual-visual e, dessa forma, uma se faz independente da outra para realizar-se de forma eficiente para a comunicação.

Nos últimos anos, houve várias conquistas relacionadas às políticas públicas para a comunidade surda. Após muitas reivindicações, pode-se citar a lei Libras nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.[5]A lei Libras traz muitas contribuições para a comunidade de modo geral, em primeiro lugar está o fato de ter validado as lutas surdas, com o reconhecimento da língua de sinais para além de um aglomerado de mímicas. Acatar como meio legal de comunicação foi um marco importante, embora não a reconheça como uma língua oficial do Brasil. Ser reconhecida como língua natural, estruturada gramaticalmente e com signos construídos no espaço e por gestos coloca as línguas de sinais em destaque em âmbito nacional e internacional (QUADROS; KARNOPP, 2004). A lei também contribuiu com a hospitalidade da pessoa surda entre os ouvintes, a difusão de sua identidade cultural, permitindo, através do seu uso a conquista de espaços de lutas fazendo surgir a identidade cultural das surdas e dos surdos em meios favoráveis ao desenvolvimento de seu potencial.

É notável que a partir da legislação há cada vez mais uma circulação de pessoas surdas na academia. Aumentou o número de docentes surdas(os) que passaram a lecionar, principalmente, a disciplina de Libras e permitiu a inserção em outras áreas como: do direito, da psicologia, licenciaturas, no administrativo, em cargo de coordenação, direção e etc. Portanto, pode-se afirmar que esse processo é sem dúvida efeito da consolidação atual e da disseminação da língua de sinais na sociedade. O acesso à uma língua sinalizada é muito importante, segundo Dizeu e Caporali (2005) a língua de sinais tem papel

[5]Esta lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais — Libras como meio legal de comunicação e expressão, e também garante por parte do poder público a sua difusão nos espaços públicos e educacionais, além disso, assegura que, o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais e municipais devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia, Pedagogia, Licenciaturas em geral e de Magistério, em seus níveis médio e superior, o ensino da Língua Brasileira de Sinais — Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCNs. (BRASIL, 2002).

expressivo na vida da pessoa surda, levando-a(o) ao desenvolvimento, por meio de uma língua estruturada.

Harrison (2000) afirma que a língua sinalizada fornece para a criança surda a oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesma. Assim, pode-se afirmar, que a língua de sinais é o principal canal para a evolução da pessoa surda, seja no ambiente escolar, familiar, social e de trabalho. Além disso, é por intermédio da língua de sinais que a surda ou o surdo poderá aprender e desenvolver uma segunda língua na modalidade escrita, nesse caso, o português. A aquisição da língua de sinais por pessoas surdas valida o processo comunicativo, pois é através dele que encontra possibilidades de desenvolvimento, e isso ocorre principalmente através das relações sociais e interpessoais.

Para Vygotsky (1989), o principal caminho para o desenvolvimento psicológico da criança é o de uma constante individualização, isto é, um processo que se ocasiona a partir das relações sociais, interpessoais e se transforma em individual, intrapessoal. Para que isso ocorra só existe um único meio, a linguagem. Segundo Dizeu e Caporali (2005, p.586), “Assim sendo, a linguagem da criança, desde seu início, é essencialmente social; ela se desenvolve no plano das interações sociais, nas relações interpessoais”. Conforme as autoras (2005):

> A partir da aquisição de uma língua, a criança passa a construir sua subjetividade, pois ela terá recursos para sua inserção no processo dialógico de sua comunidade, trocando ideias, sentimentos, compreendendo o que se passa em seu meio e adquirindo, então, novas concepções de mundo. (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 587).

Logo, a pessoa surda que tem acesso à língua de sinais tem maior acesso e participação nos setores da sociedade. Ou seja, consegue ser inserida(o) e ter mais participação em atividades sociais, políticas, educacionais e culturais. O que possibilita seu desenvolvimento como indivíduo dentro de uma sociedade. Porém, para que isso se consolide e se torne realidade no Brasil, é necessário que a educação se volte para as suas necessidades linguísticas, trabalhando em prol de uma educação focada primeiramente na sua língua materna, para que possa, a partir de então, ter competência para avançar no processo de ensino-aprendizagem e ter autonomia para além da sala de aula. Na próxima seção busca-se apresentar a importância de uma educação bilíngue no processo educacional da pessoa surda.

2 LIBRAS E PORTUGUÊS ESCRITO PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

A utilização da língua de sinais no processo de desenvolvimento da pessoa surda é indispensável. Isso significa dizer que a Libras deve estar presente no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, na escola de maneira inclusiva. Todavia, falar de inclusão não é algo tão simples, já que, lamentavelmente, ainda não contempla todas as pessoas com deficiência no Brasil, principalmente pelo fato de se tratar de um grupo minoritário que não recebe a devida atenção da sociedade.

Para que o processo de inclusão de pessoas surdas seja efetivado, a escola deve mediar o desenvolvimento desse sujeito, além de transpor as barreiras para que elas se tornem de fato inclusivas. Segundo Carvalho (2017) a ausência na maioria das vezes do uso da língua de sinais e a escassez de profissionais capacitados na área da tradução e interpretação de Libras no processo de ensino-aprendizagem para atuar juntamente com a escola faz com que torne tardio o desenvolvimento desse alunado o que acentua dificuldades no espaço escolar das pessoas com surdez.

> Vale ressaltar que a proposta bilíngue só será para o surdo uma alternativa válida se no ambiente escolar for respeitada a integridade de cada língua, onde não haja a interferência e uso de processos de comunicação como o bimodalismo, português sinalizado, no qual o plano morfológico é o da língua de sinais e a sintaxe o da língua portuguesa. E para isso é necessário que os profissionais dominem a língua de sinais e o surdo venha a dominar a língua portuguesa escrita como segunda língua. (CARVALHO, 2017, p. 17).

Entendemos que, enquanto a pessoa surda precisar se adequar à escola, a inclusão continuará inacessível. É necessário um trabalho global da escola para que envolva: professores qualificados, intérpretes educacionais com formação específica, direção, coordenação, e discentes, entre outras, para fazer com que a pessoa surda se torne parte desse espaço. Além disso, deve fomentar discussões políticas para que torne a escola livre de preconceito e possa oferecer conhecimentos sobre a língua e cultura surda afim de mudar a realidade de muitas escolas que erroneamente intitulam-se inclusivas.

É importante se atentar ao fato de que a inclusão da Libras no processo de ensino-aprendizagem produz um efeito favorável para todas as pessoas envolvidas, em especial as surdas, pois impulsiona e possibilita buscar cada vez mais seu espaço na sociedade. De acordo com Grande (2006):

> Quanto mais à criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mais ela adquire o genuíno conhecimento, sendo assim, a inclusão é benéfica a todos, pois faz com que as crianças tenham oportunidade de conhecer e conviver com a vida humana em todas as suas dimensões e desafios. (GRANDE, 2006, p. 19).

É fato que a inclusão de pessoas surdas no contexto escolar ajudará especialmente no seu desenvolvimento profissional. Mas, para que esse processo seja efetivado deve estar de acordo com a lei nº 10.436, que garante o uso da Libras no processo de ensino-aprendizagem e o Decreto nº 5.626 de 2005 que trata de forma mais concreta acerca da formação de profissionais da educação capacitados para atender as pessoas surdas. Além disso, há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/nº 9.394/96 que foi criada para garantir direito ao acesso à educação gratuita e de qualidade, incluindo tanto as pessoas surdas, ouvintes quanto as pessoas com deficiências.

O fracasso escolar da pessoa surda está intimamente ligado à falta de interação e acesso a comunicação com seus colegas e professores ouvintes, já que, a maioria das(os) profissionais de educação desconhece a língua de sinais. Essa dificuldade contribui para que algumas pessoas surdas desistam da escola e consequentemente caminhem para o insucesso profissional. Para Lacerda (2013), durante o processo de escolarização, a discente surda ou o discente surdo tem um melhor desempenho quando existe, por meio do sistema, uma preocupação em resgatar sua história, em compreender sua capacidade e dificuldades linguísticas e, principalmente, em utilizar a Libras no ambiente escolar.

Nesse contexto, a admissão de profissionais intérpretes de Libras é o passo principal, mas não o único, que deve ser dado pelas escolas ao considerar esse alunado. É a partir da conscientização de que a pessoa surda possui língua própria e é por meio dela que o processo de ensino-aprendizagem deve acontecer, que as instituições de ensino conseguem realmente contribuir com a educação de surdas e surdos no território nacional. Com o auxílio de profissionais capacitados nas escolas, o público surdo tem a possibilidade adequada de desenvolver a língua de sinais de maneira consciente como língua natural, aceitando-a como o principal meio de comunicação. Consequentemente, terá base para desenvolver uma segunda língua, no caso do Brasil, a língua portuguesa na modalidade escrita, capacitando-as(os) na produção escrita e na leitura de maneira eficiente e mútua. Esta proposta de ensino que visa o desenvolvimento de duas línguas, é conhecida como Bilinguismo, e vem ganhando força nos meios educacionais das comunidades surdas urbanas. Para Fernandes e Rios:

> Bilinguismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas. Educação com bilinguismo, não é, portanto, em essência, uma nova proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação onde o bilinguismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes. (FERNANDES, RIOS, 1998, p. 14).

Assim, o Bilinguismo possibilita, por meio do acesso à duas línguas, a garantia de que os processos naturais do ser humano, nos quais a língua seja instrumento, sejam desenvolvidos por esses sujeitos. Entretanto, a aquisição do sistema linguístico, considerado como primeira língua, — no caso a Libras— deve ocorrer o mais cedo possível para garantir que possa ter o acesso à segunda língua também o mais breve. Este acesso, só será possível se por meio de pais, responsáveis, escola, e a sociedade de modo geral que conhecem a língua de sinais e a cultura surda, possibilite desde a infância esse acesso à sua primeira língua, e assim, possa contribuir com o seu processo de desenvolvimento linguístico.

Fernandes e Rios (1998), postulam que, ao optar pelo Bilinguismo como proposta de educação é admitir que a Educação está inserida no contexto social e político de uma comunidade e que isso deve ser respeitado. Nesse ponto de vista, o Bilinguismo não busca a integração da pessoa surda à comunidade de ouvinte, na verdade ele caracteriza-se como uma via de mão dupla, buscando inserir essa pessoa em sua própria comunidade de maneira eficiente e na comunidade de ouvintes de maneira capaz. Assim, para que essa proposta seja concretizada, deve haver um compromisso bilateral, ou seja, tanto de profissionais da educação, quanto da família. As autoras ainda afirmam que, em tese, a ou o profissional bilíngue precisa ter competência linguística da Libras para ser capaz de mediar a aluna surda ou o aluno surdo para que este possa dominar a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua.

Contudo, vale ressaltar que, a proposta que insere a Educação Bilíngue para surdos[6] surgiu recentemente por meio da lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021[7] e ainda está em processo de implantação. Entendemos que é uma grande conquista para a comunidade surda, mas que também traz enormes desafios, visto que, ainda não há disponíveis, profissionais capacitados o suficiente, ferramentas digitais que funcionem como materiais didáticos e paradidáticos cujo objetivo é colaborar com a aprendizagem. Além de um conjunto de outros recursos midiáticos, tecnológicos que são objetos de aprendizagem. Estes podem contribuir como recursos que devem variar entre textos, imagens, vídeos, jogos, *softwares*, ou outros cujo objetivo pode ser fomentar o uso da língua sinalizada. A presença de variados materiais didáticos para o ensino tanto da língua de sinais quanto da língua portuguesa na modalidade escrita contribui para que o processo aconteça de maneira ideal. Assim, é preciso que seja um trabalho integrado como já apontavam Fernandes e Rios (1998):

> Com a consciência de que profissionais devem seguir seu curso interligados, quer sejam linguistas, pedagogos, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais especialistas da área, expandindo o conceito de integração não apenas às comunidades de surdos e ouvintes, mas também ao trabalho integrado desses profissionais, temos certeza de que este compromisso com a educação e correta integração de surdos e ouvintes, não se apresentará como mais um modismo, mais uma utopia, apenas mais uma opção. (FERNANDES; RIOS, 1998, p. 20).

Contudo, a prática bilíngue já pode ser vista em território nacional em algumas escolas bilíngues e ainda está caminhando lentamente apesar do crescente acesso de alunas(os) às escolas de ensino básico e superior. O sistema educacional, mesmo implantando as leis a favor de melhores condições de ensino para a pessoa surda, ainda é um sistema falho nesse sentido. Como afirma Lacerda (2009).

---

[6] DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS
Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.
Disponível em:https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749
Acesso em: 18/09/2021.

[7] O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial. Entende-se como educação bilíngue aquela que tem a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda. Disponível em:https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb Acesso em: 18/09/2021.

> A questão da educação dos surdos no Brasil ainda é um problema longe de ter uma solução satisfatória, e que as escolas próprias para surdos, atentas à sua condição bilíngue e às suas necessidades específicas, são ainda pouquíssimas e, portanto, acessíveis a uma minoria de surdos nesse país. (LACERDA, 2009, p. 120).

Portanto, o melhor caminho a seguir para que esse cenário mude, é o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a Educação Bilíngue e, principalmente, a efetivação e formação de profissionais capacitados para trabalhar na educação de pessoas surdas. Difundindo, nas universidades de todo o país, cursos que formem esses profissionais, como por exemplo, as ou os tradutores e intérpretes de língua de sinais. E, é sobre a importância e função desses profissionais no processo de construção e formação de pessoas surdas que se desenvolverá no próximo tópico.

3 TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS

Nesta seção abordaremos sobre um dos principais profissionais atuantes na educação inclusiva de pessoas surdas: tradutores e ou intérpretes de língua de sinais (TILS, doravante) responsáveis pela acessibilidade linguística de discentes surdas(os). A ou o TILS que atua fazendo a tradução e ou interpretação intermodal da Língua Portuguesa para a Libras e vice-versa em escolas do ensino regular e, também, no ensino superior, é uma profissão reconhecida recentemente. Segundo Quadros (2004), conforme a língua de sinais de um país passa a ser reconhecida enquanto língua oficial, as pessoas surdas passam a ter direito e garantias de acesso a ela. Logo, as instituições de ensino se veem levadas a assegurar a acessibilidade através de profissionais intérpretes de língua de sinais. Conforme a autora:

> O resultado de uma pesquisa realizada sobre intérpretes na Europa conclui que à medida que os surdos ampliam suas atividades e participam nas atividades políticas e culturais da sociedade, o intérprete de língua de sinais é mais qualificado e reconhecido profissionalmente. (QUADROS 2004 p. 17).

A autora afirma que a carência de profissionais tradutores e ou intérpretes tem várias consequências para a pessoa surda, como por exemplo, a interação entre pessoas surdas e ouvintes que não têm acesso à língua de sinais fica prejudicada. Então, as surdas(os) têm menor participação em atividades culturais, sociais e educacionais, pois

também não conseguem avançar na escola. Discentes surdas e ou surdos que não têm domínio da língua de sinais não conseguem se comunicar com outras pessoas surdas de forma eficiente e outras inúmeras consequências. Neste sentido, é indispensável a presença dessa ou desse profissional, sobretudo no cenário educacional, pois, quanto mais forte for sua presença nesse espaço, mais forte será a presença de pessoas surdas e vice-versa. Segundo Lacerda (2010).

> A demanda por este profissional é crescente, já que é crescente também o número de surdos matriculados em busca de conhecimento mediado pela Libras. Contudo, este profissional tem sido historicamente constituído na informalidade das relações sociais, sem formação específica para esta atuação. Em 2005, surgem os primeiros cursos em nível superior para formação de TILS. Com a publicação do Decreto 5.626, ficam determinados oficialmente níveis de formação e atribuições. Em 2008, é criado o primeiro bacharelado para formação de TILS. (LACERDA, 2010, p. 133).

Por muito tempo este profissional constituiu-se de maneira informal a partir das relações sociais, sem formação adequada. No entanto, a criação do Decreto nº 5.626 de 2005 reforçou a necessidade de uma formação para atuação de TILS como profissional da área de tradução e interpretação de língua de sinais. O Decreto foi importante para incentivar o surgimento dos primeiros cursos em nível superior para a formação de profissionais TILS, como por exemplo, o primeiro curso de Bacharelado em Letras-Libras criado em 2008 pela Universidade Federal de Santa Catarina o que tornou uma maior efetivação de práticas de educação bilíngue para pessoas surdas.

Contudo, antes da aprovação do Decreto 5.626, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS, 1988), exigia apenas alguns requisitos básicos para a atuação como tradutor(a) e intérprete. Para a FENEIS, essas ou esses profissionais necessitavam:

> a) Possuir pelo menos o segundo grau; b) Ser ouvinte; c) Ser membro da associação de surdos local; d) Possuir certificado expedido pela Feneis ou atestado fornecido por quem domine bem a linguagem de sinais; e) Possuir alguma noção de idioma estrangeiro. A partir dessas condições, o intérprete estará apto ao desempenho de suas funções. (FENEIS, 1988, p. 11).

Atualmente, existe um padrão de exigências bem mais amplas para a formação dessas e desses profissionais após a criação da lei nº 12.319[8] que dispõe sobre a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Segundo o Art2º da referida lei , para atuar no exercício da função de TILS é exigido, diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras — Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação-MEC; diploma em cursos superiores em outras áreas que, na data de publicação da lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras — Língua Portuguesa; diploma em cursos superiores em outras áreas e, diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização.

Araújo e Carvalho (2017) apontam ainda para a questão do código de ética, a partir do qual esses profissionais devem atuar. Esse código de ética foi desenvolvido para conduzir a ou o profissional perante as várias situações. “O código traz orientações sobre a confidencialidade, a imparcialidade, a responsabilidade do traduzir, as condutas adequadas na hora de atuar, etc.” (ARAÚJO; CARVALHO, 2017, p. 216). De acordo com Rosa:

> O trabalho do intérprete de língua de sinais consiste em pronunciar, na língua de sinais, um discurso equivalente ao discurso pronunciado no português oral (ou vice-versa). O ILS trabalha em variadas circunstâncias, precisando ser capaz de adaptar-se a uma ampla gama de situações e necessidades de interpretação da comunidade surda, situações às vezes tão íntimas quanto uma terapia, sigilosa como delegacias e tribunais, ou tão expostas como salas de aulas e congressos. (ROSA, 2008, p. 115).

Segundo Rodrigues e Valente (2011), ter domínio da Libras não é o suficiente para que alguém possa ser um profissional TILS. Na verdade, é necessário haver uma soma de características que abrange o conhecimento da estrutura das línguas envolvidas, a consciência de ser sempre fiel ao objeto de interpretação e o conhecimento cultural da língua de partida e da língua de chegada, para que sejam feitas as devidas escolhas linguísticas no processo de tradução e interpretação. Ainda segundo as autoras, é preciso que a ou o profissional TILS, tenha perfeito domínio da língua de partida, assim como da língua de chegada, reconhecendo as diferentes intenções discursivas do indivíduo, além da capacidade de identificar particularidades de significação da língua de partida e saber

---

[8] LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010: Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 28/09/2021.

como emiti-las na língua de chegada. Assim, quanto melhor for a formação dessa ou desse profissional, melhor será sua atividade de atuação. O conhecimento das teorias exercido na prática, é indispensável para a execução dessa profissão, porém, não existe um guia de como e a partir de onde isso deve ser feito. É por meio de sua própria autonomia, que o tradutor(a) e ou intérprete irá criar e moldar suas estratégias tradutórias.

Conforme Rodrigues, Oliveira e Silva (2019) a presença de tradutor(a) e ou intérprete se faz necessária a partir da possibilidade da presença de pessoas surdas nos diversos espaços sociais, isso inclui eventos acadêmicos a tribunais, acompanhamento em consultórios médicos, delegacias, escolas, cartórios, entre outros. Nesses espaços de atuação de TILS, pode-se dizer que, aquele que mais exige e que mais necessita uma maior demanda desses profissionais, é o espaço educacional. Pois, é no espaço de formação da pessoa surda que a presença de um profissional linguisticamente competente, se faz primordial, uma vez que, é por intermédio de TILS que a aluna surda ou o aluno surdo encontrará apoio no processo de comunicação com professores e colegas, o que, consequentemente ajuda no processo de ensino-aprendizagem desse público. O papel da ou do intérprete educacional vai além da ação de interpretar entre línguas. Segundo Quadros (2004 p. 59) “O intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”. Com isso, “o intérprete especialista, para atuar na área da educação, deverá intermediar relações entre os professores e os alunos, também colegas ouvintes com os surdos.” (QUADROS, 2004, p. 60).

Segundo Rodrigues, Oliveira e Silva (2019) o trabalho de TILS que atua no campo da educação básica, não é tão simples, dado que, é necessário buscar conhecimento sobre todas as áreas e disciplinas cursadas em sala de aula. Esse processo pelo qual essa ou esse profissional precisa passar, é crucial para seu melhor desempenho em transmitir essa aprendizagem para a aluna surda ou o aluno surdo. Ter o conhecimento sobre a ciência, a química, a matemática, a filosofia, entre outras, irá colaborar de maneira muito mais assertiva no processo de mediação dos conteúdos, do que, se, a ou o TILS apenas exercer seu papel sem preparo. Dispor desse conhecimento ajudará a ou o profissional a ter autonomia, para que seja capaz de moldar estratégias tradutórias que irão influir de maneira positiva na aprendizagem desse alunado. A ou o profissional TILS, tem como principal função dentro de sala de aula, ser o canal de comunicação entre a aluna surda ou o aluno surdo, professor(a), colegas e equipe escolar em geral. Além disso, tem o dever de servir como mediadora entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes.

Viabilizando a participação da aluna ou aluno em todos os contextos, dentro e fora da sala de aula, ou seja, em todo espaço escolar.

Na seção seguinte será abordado o aspecto mais importante na constituição desses profissionais, a tradução e a interpretação, mais especificamente da tradução interlingual Português-Libras

3.1 A tradução interlingual português-Libras

O foco principal deste trabalho é voltado para os Estudos da Tradução e Interpretação, que segundo Rodrigues e Beer (2015), é um campo disciplinar que se consolidou a partir da metade do século XX. Segala (2010) explica que o processo de tradução acontece entre duas línguas de uma mesma modalidade, isto é, entre duas línguas orais, entre duas línguas sinalizadas, como por exemplo da Libras para ASL (Língua de Sinais Americana) e também entre duas línguas de diferentes modalidades, como do Português para Libras. O campo da Tradução é extremamente jovem, e está em crescente desenvolvimento. No seu início, sua finalidade era ampla, assim, considerando qualquer ação de translação linguística de uma língua a outra como processo de tradução.

Junior e Vasconcellos (2009) destacam que esse campo vem se desenvolvendo crescentemente, e um dos aspectos que demonstra isso é a tentativa de mapeamento e classificação de áreas específicas da tradução por vários estudiosos, dois desses estudiosos foram Williams e Chesterman (2002), que em seu livro *The Map* (O Mapa) propõem o mapeamento dos Estudos da Tradução. Conforme Vasconcellos (2009), o mapeamento de Williams e Chesterman foi classificado em doze áreas, uma delas é destinada à área da Interpretação, onde os autores discutem sobre os diferentes tipos de interpretação, sendo um deles Interpretação de Línguas de Sinais e interpretação para surdas e surdos. A respeito disso, Rodrigues e Beer (2015) afirmam:

> A tradução e a interpretação envolvendo línguas de sinais não se encontram num campo disciplinar à parte dos ET ou dos EI, mas, ao contrário, emergem desses campos e os compõem. Várias publicações recentes de renomados autores dos ET e dos EI mencionam as línguas de sinais e, por diversas vezes, tecem importantes considerações e reflexões. Esse reconhecimento, por parte dos teóricos dessas áreas, evidencia a inegável afirmação e ascensão das pesquisas envolvendo a tradução e a interpretação em línguas de sinais e desafia, cada vez mais, os novos pesquisadores a encaminharem suas

> investigações sobre a tradução e sobre a interpretação de línguas de sinais com base nos conhecimentos já produzidos por esses campos disciplinares. (RODRIGUES E BEER, 2015 p. 23).

Junior e Vasconcellos (2009) observando o mapeamento que os estudiosos propuseram, mais especificamente no item Interpretação de Línguas Sinalizadas, afirmam que vale assegurar uma distinção nos estudos de línguas de sinais entre as “línguas sinalizadas” e as “línguas de sinais", que aparentemente passou despercebida pelos autores, pois não fizeram essa distinção em sua pesquisa. Para definir essa distinção os autores expõem:

> O Dictionary of Translation Studies invoca os teóricos Brennan &Brien (1995, p. 117) para explicar línguas sinalizadas [“SIGN SUPPORTED” LANGUAGES] – por exemplo, o inglês sinalizado – como “línguas faladas transmitidas visualmente”, que se diferenciam de línguas de sinais – por exemplo, a Língua de Sinais Americana (ASL) – como línguas que possuem estrutura independente própria, totalmente desenvolvida e que funcionam como a língua nativa ou primeira língua de indivíduos que são surdos de nascença. Assim, enquanto uma língua sinalizada tenta repetir a estrutura de uma língua oral (por exemplo, o português), por meio de gestos e sinais, uma língua de sinais é uma língua formal e independente que tem uma estrutura própria. (JUNIOR; VASCONCELLOS, 2009, p. 9-10).

Os Estudos da Tradução no Brasil agregado à área de Interpretação de Língua de Sinais ganha destaque na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Onde a ou o profissional intérprete da Libras ganha maior visibilidade. Quadros (2004) distingue as funções da tradução e de interpretação classificando a diferença entre as duas. Segundo ela, a tradução é referente à língua escrita, enquanto que a interpretação à língua falada/sinalizada. Logo, é possível que haja a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa. Quadros (2004) destaca ainda que:

> Tradução-interpretação simultânea - É o processo de tradução - interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação.
>
> Tradução-interpretação consecutiva - É o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo). (QUADROS, 2004, p. 11).

Pagura (2003) distingue o processo de tradução de interpretação:

> Na tradução, o processo pode ser interrompido para a consulta de dicionários, enciclopédias, sites da Internet e uma infinidade de obras de referência. Podem ainda ser consultados outros profissionais, quer sejam tradutores, quer especialistas da área de conhecimento com a qual estejam trabalhando [...]. Na interpretação, por outro lado, todo o conhecimento necessário e o vocabulário específico terá de ter sido adquirido antes do ato tradutório em si. Durante o processo de interpretação simultânea, fechado em sua cabine e tendo que tomar decisões em questão de segundos, não há tempo para o intérprete realizar consultas de qualquer natureza. (PAGURA, 2003, p. 226).

Um dos conceitos mais usados para qualificar o trabalho de Tradução e a Interpretação é o de fidelidade. Arrojo (1986) problematiza esse conceito interrogando a o que se deve ser fiel quando se realiza uma Tradução. Assim, ela redefine o conceito questionando se há possibilidade de ser totalmente fiel ao texto original. E em seu livro busca contribuir com o entendimento de fidelidade em consonância com o entendimento de autonomia. Arrojo (1986) esclarece que o conceito de fidelidade nada mais é do que uma conexão literal com o texto de partida, no entanto, argumenta que não há tradução capaz de reproduzir completamente um texto original, pois, isso seria apenas uma leitura, e não a sua passagem para uma nova língua. Este é um conceito mais complexo do que parece, pois não se pode afirmar que a tradução de um texto é considerada boa pelo fato de ser totalmente fiel ao texto de partida. Para a teórica, não existe uma forma de anular aspectos extralinguísticos que também constituem uma língua como as ambiguidades, os duplos sentidos, as variações, as mudanças ocorridas no tempo e influenciadas pelo contexto. A partir dessas concepções conclui-se que esse conceito é muito mais profundo, segundo Aubert (1989, p. 116):

> [...] o compromisso de fidelidade não se define tão somente na direção do original. [...] o tradutor há de ter [...] um compromisso de fidelidade também para com as expectativas, necessidades e/ou possibilidades dos receptores finais. Ou, mais apropriadamente, com a imagem que tal tradutor faz de tais expectativas, necessidades e possibilidades.

Sobre o conceito de fidelidade na tradução e interpretação de língua de sinais, Araújo e Carvalho (2017) destacam que, a ideia de tradução fiel, é aquela que é construída de forma literal. No entanto, essa noção de fidelidade pode ser equivocada. Neste sentido,

Rosa (2008 p. 62) diz que, “uma tradução não é o original, assim como a recepção de qualquer ato de comunicação também não o é, mas uma criação outra sobre um objeto supostamente dado”. Rosa (2008 p. 65) exemplifica esse equívoco em uma tradução do Português para a Libras. “O intérprete, julgando estar sendo ‘fiel’ à palestrante ouvinte, traduziu a seguinte frase: A pobreza é muito séria (em Português), da seguinte forma: pobre sério (em língua de sinais)”. No exemplo, na tentativa de ser totalmente fiel, o intérprete faz tradução que mudou o sentido do texto fonte em Português. Dessa forma, os sinais em Libras foram fiéis às palavras em Português, todavia o sentido mudou e a tradução ficou fora do contexto da situação. Para a Rosa (2008):

> O tradutor não deve traduzir palavra a palavra; nem pode utilizar o texto de partida como um tema sobre o qual improvisa livremente. O ato tradutório só acontece a partir de uma mensagem que compreendida pelo leitor/tradutor a transforma em nova mensagem compreensível ao leitor da língua de chegada. (ROSA, 2008, p. 66).

Segala (2010) diz que “a tradução entre línguas da diferentes modalidades, como Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais, Língua Inglesa para Língua Americana de Sinais – ASL, entre outras, pode ser considerada uma Tradução Intermodal.” Segundo ele, para pode-se dizer que intermodal é a mesma coisa que interlingual. Jakobson (1959) distingue três tipos de tradução no seu artigo *Sobre os Aspectos Linguísticos da Tradução*: 1. *Tradução intralingual*, que nada mais é do que a interpretação de uma língua para mesma língua; 2. *Tradução interlingual*, que é definida pela interpretação de uma língua para outra; 3. *Tradução intersemiótica* que se constitui pela interpretação de um sistema de código para outro por meio de signos de sistemas não-verbais. Neste sentido, a tradução Português-Libras, proposta neste trabalho, se classifica, principalmente como um tipo de tradução interlingual, ou seja, é uma interpretação de signos verbais de uma língua para outra língua. Porém, este trabalho também se utiliza da tradução intersemiótica por meio do recurso didático escolhido para a proposta de ensino, pois, este material se utiliza, também, de imagens que auxiliam de maneira visual na tradução e na interpretação do conteúdo. Jakobson (1959) classifica tradução intersemiótica como a conversão de um signo a outro, fazendo a tradução entre um sistema verbal e um não-verbal, isso ocorre de um texto para ícones, desenhos, fotos, pintura, vídeo, entre outros.

Por fim, Pagura (2003, p. 223) afirma que o principal propósito tanto da tradução quanto da interpretação “é fazer com que uma mensagem expressa em determinado

idioma seja transposta para outro, a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida.”. Ou seja, sua principal busca é mediar e transmitir informações de maneira suficientemente capaz para que haja entendimento e comunicação. Assim, com a existência de uma comunidade surda cada vez mais presente nos muitos espaços sociais, a prática de tradução e interpretação se torna cada vez mais necessária, com o compromisso de assegurar acessibilidade às pessoas surdas. Nessa lógica, o ambiente educacional é o espaço que mais exige a presença de profissionais TILS, pois é capaz de promover o acesso das pessoas surdas à educação.

Na próxima seção se discute a importância da Literatura Surda no processo educativo e como a tradução e a interpretação pode ajudar na metodologia de ensino de pessoas surdas.

4 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA SURDA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Falar de Literatura Surda é falar de Cultura Surda. A cultura é algo decorrente de toda comunidade, e como qualquer outra, a comunidade surda é constituída de uma cultura. No entanto, segundo Karnopp (2006,) ainda é insignificante a ideia de uma cultura surda, já que, existe uma cultura considerada universal, que, “tem impossibilitado que crianças surdas possam ter uma inserção em processos culturais existentes em comunidades de surdos.” Karnopp (2006, p. 99). Com isso, a autora aponta que no contexto escolar, por exemplo, não há interesse em se utilizar de materiais que falem de variação cultural, consequentemente, também não se fala no significado de ser diferente. Para ela, quando se fala na existência de uma cultura surda, significa dizer que as surdas ou os surdos apesar de estarem inseridos em uma cultura majoritária, que no caso de surdas e surdos do Brasil é a cultura brasileira, esses grupos se constituem de maneiras diferentes, usando uma língua diferente e vivendo experiências diferentes. A Literatura Surda faz parte do conjunto que configura a Cultura Surda. Karnopp e Machado (2006) dizem que a Literatura Surda se mostra talvez como uma necessidade de reconhecimento.

> A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada em língua de sinais de determinada comunidade linguística, é

> constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, pelas lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais. (KARNOPP; MACHADO, 2006, p. 3).

Essa literatura é fundamental para as minorias linguísticas, para que possam afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas. Porém, não há verdadeiro reconhecimento dessa literatura, especialmente no contexto escolar, o qual tem por dever oferecer ao alunado surdo e ouvinte a consciência da existência de múltiplas culturas. Karnopp (2006) ressalta a dificuldade de se encontrar material que estimule a língua de sinais e a Cultura Surda.

> Além disso, são praticamente inexistentes textos de literatura infantil que tematizem a questão da língua de sinais e da cultura surda. Quais são os livros que apresentam as narrativas que circulam entre os surdos? Quais histórias são contadas recontadas em línguas de sinais na comunidade surda? Que representações dos surdos e da surdez estão presentes nessas narrativas? (KARNOPP, 2006, p. 101).

Entretanto, essa limitação não está presente apenas nos espaços educacionais, como também aponta Mourão (2016) ao afirmar que existe uma limitação no acesso a valores culturais pelo fato de não haver um ambiente linguístico nos espaços sociais. Enquanto as pessoas ouvintes têm acesso a inúmeros espaços que promovem a sua cultura, como teatro, shows, cinema, entre outros, a pessoa surda não tem esse alcance. Mourão (2016, p. 24) se pergunta ainda: "[...], mas onde os surdos podem ver manifestações de cultura surda e/ou cultura brasileira?". Ou seja, a pessoa não tem acesso, muitas vezes à sua cultura, tampouco à cultura brasileira, já que, a grande maioria desses espaços, não oferece acessibilidade. Para Klein e Rosa (2011), o acesso à Literatura Surda é importante para o conhecimento da língua e cultura pelas pessoas surdas que não as conhecem.

> Para crianças surdas, a literatura surda é um meio de referência e também cria uma aproximação com a própria cultura e o aprendizado da sua primeira língua, que facilitará na construção de sua identidade. (KLEIN; ROSA, 2011, p. 94).

Neste sentido, o povo surdo, por meio da Literatura, como símbolo cultural, busca impor sua identidade. Portanto, Literatura é cultura, e cultura é identidade, e estas só se constroem na linguagem, o que significa dizer que a Literatura surda se cria visualmente, na linguagem visual, e a artista surda ou o artista surdo se constitui visualmente. "[...] desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua

de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico," (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 218).

Nessa perspectiva, o olhar crítico para a educação de crianças e jovens surdas e surdos deve acontecer de maneira que possibilite uma educação que priorize aspectos da realidade dessas pessoas. Isto é, desenvolver uma educação que tenha como base a língua de sinais, que reforce a importância de surdas e surdos para a sua comunidade, que corrobore sua cultura como constituinte de sua identidade. Sobre o assunto, Bosse (2019) exprime que as escolas devem considerar as exigências das pessoas surdas, mostrando respeito à sua cultura, língua, identidade, afim de cumprirem com o seu papel de mediadoras na construção de ensino. Logo, debater como utilizar Literatura Surda no currículo e na escola provoca alguns dilemas. Bosse (2019) afirma que:

> A história surda, sua literatura, obrigatoriamente não se relaciona com a literatura clássica, e sim com o registro das histórias de um povo, de uma comunidade. Registro esse visual através de imagens, da escrita de sinais, de filmagens ou representações corporais, além das traduções para línguas orais na modalidade escrita. Essa tradição forma um dos aspectos da literatura surda, seus heróis, sua história, sua luta ou até mesmo seu conhecimento do desenvolvimento de sua língua. (BOSSE, 2019, p. 75).

Neste sentido, trabalhar a Literatura Surda no contexto escolar não é algo impossível a ser feito, basta que as autoridades competentes voltem seus olhares para essa necessidade, desenvolvendo materiais que possibilitem às e aos profissionais da educação seu uso como base para trabalhar no ensino de pessoas surdas levando em consideração aspectos de sua constituição como sujeito. Conforme Bosse (2019, p. 76), a Literatura Surda proporciona o pensar e sentir das pessoas surdas "[...] ao ser incentivada por saberes, materiais, textos, imagens, conversas que envolvam e desenvolvam paixões, essas formas de agenciamento do desejo, que possibilitam criar e recriar novos modos de pensar e sentir". Andrade (2020) sobre a Literatura Surda:

> No cenário brasileiro é possível encontrar hoje diversos materiais didáticos e obras literárias infantis produzidas em Libras ou traduzidas para essa língua. Muitos desses materiais e obras são compreendidos por gêneros como: narrativas, contos, fábulas, poemas, etc. O número crescente de produções em Libras reflete o destaque que a Literatura Surda vem ganhando, dentro e fora das comunidades Surdas, sobretudo, a partir dos avanços tecnológicos que possibilitaram o registro e a difusão da língua de sinais por meio de vídeos. (ANDRADE, 2020, p. 18).

A autora destaca que a arte e a literatura transpõem as atividades humanas, no entanto, elas precisam ser acessíveis para todas as pessoas. Em sua experiência como

TILS no trabalho com narração de histórias infantis para crianças surdas, ela percebeu a necessidade de mais histórias serem disponibilizadas em Libras, assim como, o grande desafio que é a adaptação literária, “[...] uma vez que se trata de uma forma de arte que precisa chegar até o público surdo de forma adequada, preservando toda sua riqueza, da mesma maneira que comumente chega ao público majoritário ouvinte”, como afirmam Passos e Santiago (2019, p. 287).

Andrade (2020) em sua pesquisa sobre tradução de Literatura Surda, usou como proposta metodológica vídeos produzidos por tradutores e intérpretes surdas e surdos, esses traduziam a mesma história, a dos três porquinhos. Essa metodologia serviu de inspiração para este estudo no qual deseja-se apresentar proposta de ensino utilizando a tradução interlingual como recurso didático para fomentar o ensino-aprendizagem de pessoas surdas, como por exemplo, a tradução para a Libras do Livro *E quem disse...que não falo?* da autora paraense Uendy Feitosa. Os três vídeos utilizados por Andrade (2020) foram analisados considerando as estratégias empregadas por tradutores em cada personagem. Também foi levado em consideração a utilização do antropomorfismo cultural nos personagens, exposto por meio de comportamento, uso da Libras, traços culturais, expressões faciais, sinalização, a configuração de mãos e boca. “Na tradução para Libras, os personagens também são antropomorfizados, uma vez que os tradutores Surdos se valem de seus próprios corpos e características humanas para dar forma a esses personagens.” (ANDRADE, 2020, p. 23). A autora destacou que apesar dos quatro personagens serem animais, eles sofrem modificações antropomórficas adquirindo aspectos humanos.

As pessoas surdas vivenciam uma experiência bicultural, ou seja, por meio de duas línguas elas vivenciam duas culturas. Neste sentido, é importante citar aqui o conceito de tradução cultural. Segundo Borges e Nercolini (2002) ao falar de tradução questiona-se o quanto de uma cultura pode se expressar por meio de palavras nascidas de outra cultura e, de qual maneira a teoria da tradução pode ser empregada em expressões culturais que incluem, além do vocábulo, expressões que são decorrentes de outras linguagens? Os autores acreditam que a tradução cultural não é apenas uma interpretação de uma cultura para outra. A tradução cultural provoca um contato profundo entre duas ou mais culturas. É conhecer o desconhecido. Neste sentido, quando se fala no processo de tradução interlingual, se fala também no processo de tradução cultural que ocorre nesse meio.

Por fim, é necessário lembrar da importância da Literatura Surda como requisito para a formação de pessoas surdas. Como também para a difusão de sua arte e cultura. Assim, para que isso se concretize cada vez mais, profissionais da área como tradutores e intérpretes sejam surdas, surdos ou ouvintes, professores, formadores, pesquisadores estejam dispostos a produzir e propagar a Literatura Surda. No tópico que segue, será apresentada a metodologia da pesquisa, que tem como base a Literatura Surda.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Segundo Lima e Mioto (2007, p. 38), "a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos que busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório". A seguir o detalhamento da pesquisa.

5.1 Detalhamento da pesquisa.

A pesquisa foi dividida por seções nas quais no primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico acerca de autores das áreas que abordam: *A importância da aquisição da língua gestual-visual (Libras) para pessoas surdas; Libras e Português escrito para a educação de pessoas surdas; Tradutores e Intérpretes de língua de sinais,* juntamente com a *Tradução interlingual: Português-Libras;* e para finalizar *A importância da Literatura Surda no processo educacional*. Estas seções compõem a base teórica desta pesquisa.

No segundo momentos foram apresentados os procedimentos metodológicos onde foi construída uma proposta de ensino que se desenvolverá por meio de uma *Sequência Didática Comentada (SDC).* O conceito de sequência didática está atrelado à utilização do gênero textual para aprendizagem de uma língua. Refere-se ao "conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito", que objetiva "dar acesso aos alunos a práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis" (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 97-98).

O recurso didático escolhido para a construção dessa proposta de *SDC* foi o gênero textual fábula, intitulada *E quem disse... que não falo*? de uma autora paraense. Conforme Bakhtin (2003) todo enunciado é individual, porém, cada campo de aplicação da língua estabelece seus tipos de enunciados, denominados de gêneros textuais que podem ser de natureza oral ou escrita. Sobre o gênero fábula, segundo Maia (2008), se caracteriza pela transmissão de algum ensinamento, por meio de alguma crítica ou ironia. Em geral, a fábula é finalizada com uma mensagem que é a moral da história. Este gênero acompanha a evolução da humanidade, e se moldam conforme as pessoas de uma determinada época pensam sobre o estilo de vida daquela sociedade.

O trabalho com esta *SDC* está indicado para uma turma inclusiva do 6º ano do Ensino Fundamental Maior da Escola Estadual Benvinda de Araújo Pontes da cidade de Abaetetuba-Pa. A disciplina ministrada deve ser de Língua Portuguesa como segunda língua para discentes surdas e surdos. Como recurso didático para a execução da proposta será utilizado o livro infanto-juvenil *E quem disse...que não falo?* em português escrito e sua tradução em vídeo para Libras. Para a elaboração da *SDC* seguiu-se os seguintes critérios: 1. A seleção do livro bilíngue; 2. A escolha do público: ser estudante surda ou surdo que sabem Libras e estar cursando o 6º ano na escola alvo da pesquisa; 3. Fazer atividades envolvendo o gênero textual fábula que desenvolva a leitura e escrita do português a partir de tradução interlingual da literatura. E por fim, no terceiro momento serão feitas as considerações finais seguida das referências.

5.1.2 Apresentação da Autora

A autora do livro *E quem disse...que não falo?* Chama-se Uendy Feitosa, nasceu em 1983, no município de Marabá-Pa. Desde menina teve contato com histórias através de seu pai. Depois que cresceu passou a ser a contadora de histórias de sua sobrinha. Apesar de ser muito criativa, possui dificuldades em organizar no papel o que pensa. Algo típico de pessoas com TDAH (*Transtorno de Défict de Atenção e Hiperatividade*) como ela mesma narra em sua obra. É Graduanda em Pedagogia e Especialista em Educação Especial com ênfase na Inclusão e em Psicologia Clínica. Uendy Feitosa gosta de investigar novas formas de ensinar para discentes que apresentam alguma diferente potencialidade de acesso ao conhecimento. Pretende, através de seu livro inclusivo *E quem disse... Que não falo?* Propor à sociedade, que é majoritariamente ouvinte, que

reflita sobre a vida de pessoas surdas que são usuárias de línguas de sinais para que faça deste mundo um lugar melhor para se conviver; sem preconceitos, individualismo e intolerância. A seguir a foto que está na biografia da autora.

Figura 1: Autora do Livro

Fonte: Livro *E quem disse... Que não falo?* (2020)

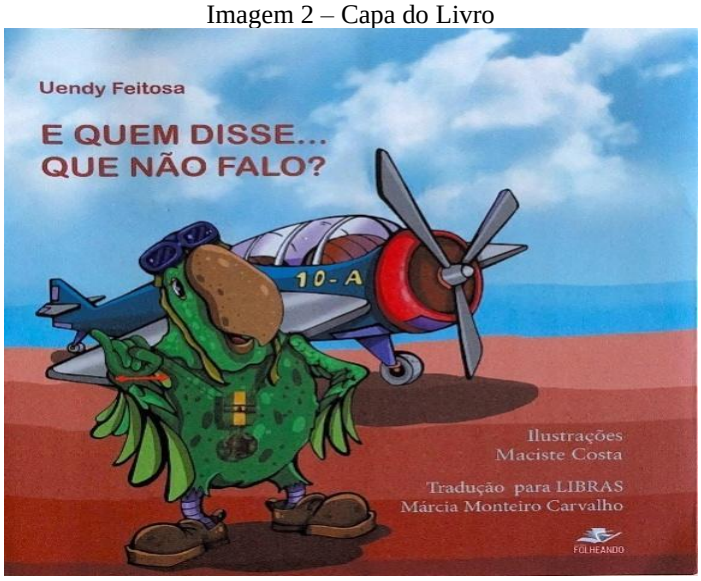
5.1.3 Sinopse do Livro Inclusivo *E quem disse... Que não falo?*

A obra infanto-juvenil *E quem disse...que não falo?,* conta a história, em português escrito, de um papagaio que nasceu surdo e aprendeu a língua de sinais (Libras). Na história, quando o papagaio nasce, seus pais ficam imensamente felizes, porém, com o tempo descobrem que seu filho era diferente, pois sempre que o chamavam ele não respondia. A mãe preocupada, leva o filho à doutora Coruja para uma consulta e lá recebe o diagnóstico de surdez. Dona Papagaia fica arrasada e se questiona sobre o futuro de seu filho, se será aceito na sociedade. Porém, o professor Sabiá, conhecido por ser poliglota, logo encontra a solução: ensinar ao Papagaio falar com as mãos. Inicialmente a ideia é rejeitada pela família. Contudo, o Papagaio ao aprender sinalizar é aceito por seus amigos que passam a conversar com ele em Libras. O tempo passa e o Papagaio cresce, aprende a voar, ter autonomia e a falar com as mãos. A partir de então, a língua de sinais foi aceita e valorizada por todos.

Este livro se destaca por abordar a partir de uma fábula a inclusão de pessoas surdas. A fábula representa a história de muitas pessoas surdas que têm suas particularidades no jeito de ser, de se expressar e de se comunicar com as mãos. A obra é toda ilustrada, traz no seu interior diálogo dos personagens em Libras, além disso conta

com a tradução para a Libras que pode ser acessado pelo *código QR* encontrado no final do livro. Essa obra faz parte de uma coletânea de livros que abordam temas inclusivos através de fábulas.

Imagem 2 – Capa do Livro



Fonte: Livro *E quem disse... Que não falo?* (2020)

5.1.4 Proposta *de Sequência Didática Comentada (SDC)*

Essa proposta foi feita com o objetivo de auxiliar docentes ouvintes e discentes surdas ou surdos no processo de aprendizagem do gênero textual fábula e, por meio dele, trabalhar a leitura e a escrita. Ao organizar uma *SDC*, o ou a professor(a) pode planejar etapas do trabalho de modo a explorar diversos exemplares do gênero, estudar as suas características e praticar aspectos da leitura e escrita antes de propor uma produção final.

Para a realização da *SDC* foi estipulado um período de 3 a 4 semanas para a aplicação da proposta, pois em cada etapa pode levar mais de uma aula. As etapas de realização foram definidas da seguinte maneira:

1- Apresentação da proposta à turma, com o propósito de orientar sobre o trabalho, e os objetivos das atividades. Nessa etapa também será exposto às ou aos discentes o conceito de gênero textual fábula.

2- Exibição da tradução interlingual do Português escrito para Libras do Livro *E quem disse... Que não falo?* disponível no final do livro. Nessa etapa, busca-se oferecer um recurso didático na primeira língua de discentes surdas e surdos, oportunizando o contato com uma literatura em sua própria língua.

3- Discutir com a turma sobre a inclusão de pessoas surdas a partir do que viram na tradução interlingual. Verificar o conhecimento do aluno sobre o gênero textual em questão, para melhor planejar o processo de ensino-aprendizagem após a discussão. Se ficar evidente que o conteúdo não foi compreendido será proposto pela(o) docente e intérprete uma nova discussão para auxiliar à compreensão.

4- Apresentar a estrutura do gênero fábula e leitura com a turma do livro escrito em português. Familiarizar as alunas e os alunos com o gênero afim de incentivar a leitura com interpretação para Libras.

5- Discutir o conteúdo do livro correlacionando com a tradução para Libras. Ativar o conhecimento prévio acerca do gênero. Caso as alunas e alunos apresentem dificuldades, a ou o professor(a) juntamente com intérprete deve auxiliar nesse processo por meio da leitura e interpretação do conteúdo.

6- Propor uma atividade de escrita coletiva, que se constitui na produção final, que acontecerá da seguinte forma: as alunas ou os alunos deverão escrever Português a fábula *E quem disse... Que não falo?*, tendo como base os estudos feitos nas etapas anteriores sobre o gênero fábula, o conteúdo do vídeo com a tradução em Libras e a temática do livro. Esta atividade é uma preparação para uma escrita individual futura.

7- Para finalizar esta sétima etapa, deve-se rever o texto aprimorando a escrita da fábula e fomentar um debate sobre a produção das ou dos discentes a partir de seus pontos de vista. Em seguida será feita a apresentação e discussão das produções das alunas e dos alunos, tendo como base o texto fonte, em português escrito.

8- Avaliar se ao final da *SDC* a equipe discente surda é capaz de identificar quais são as características do gênero fábula; levantar hipóteses sobre o conteúdo do vídeo com a tradução em Libras; identificar através da leitura do livro fazendo relação com a tradução e, por fim, se são capazes de desenvolver sua própria fábula.

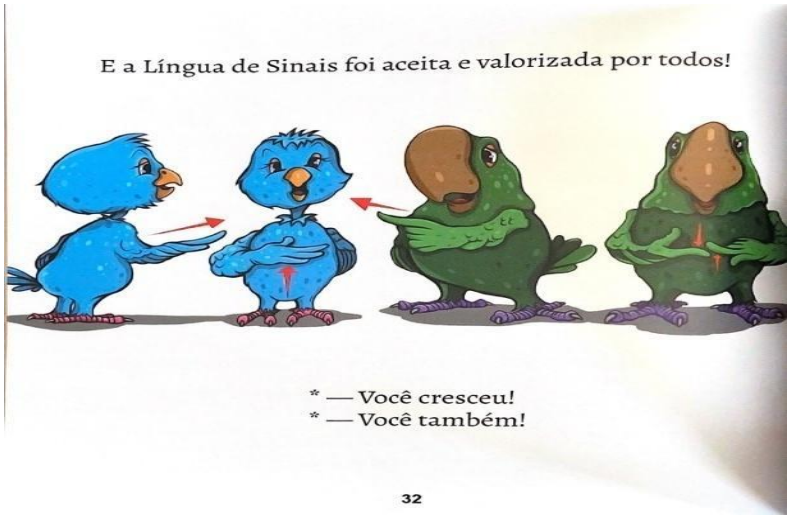
Veja abaixo imagens do vídeo com a tradução para a Libras na qual se ver as imagens que ficam passando enquanto a tradutora sinaliza. O vídeo apresenta a fábula em Libras e conta com a tradução para o português oral para pessoas ouvintes, que não sabem Libras. O vídeo não possui legenda para português.

Imagem 3: Tradução em Libras

Fonte: *Livro E quem disse... Que não falo?* (2020)

A Seguir apresenta-se a imagem de parte do livro em que ilustra o Papagaio sinalizando em Libras e um trecho em português escrito.

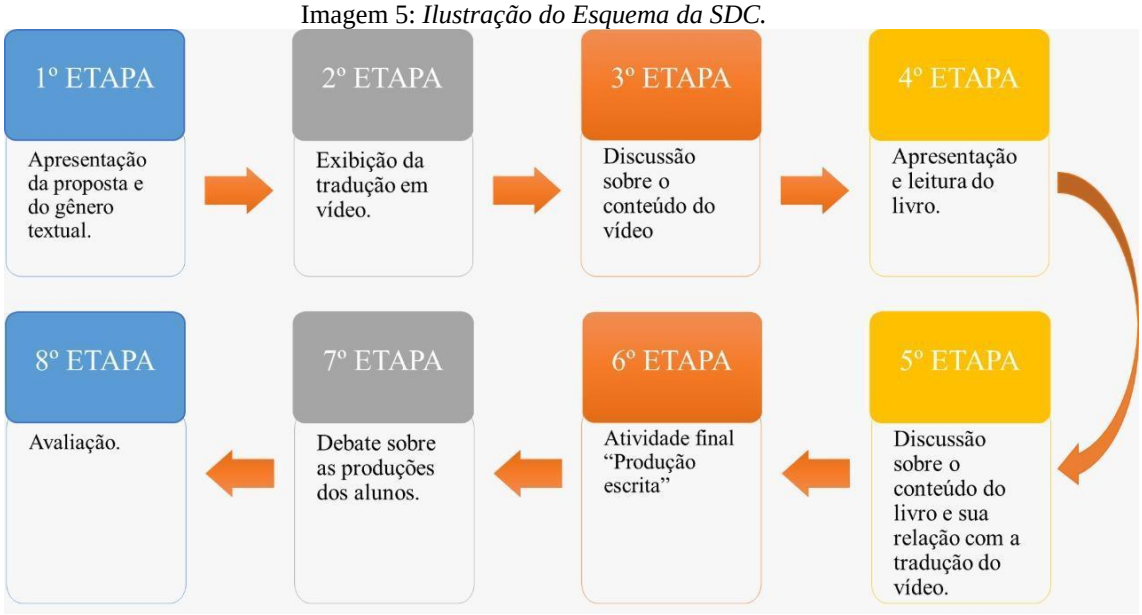
Imagem 4: Conteúdo do livro em Libras e em Português



Fonte: *Livro E quem disse... Que não falo?* (2020)

A figura abaixo ilustra o percurso que deve ser seguido para a produção da *SDC* proposta neste trabalho.

Imagem 5: *Ilustração do Esquema da SDC.*



Fonte: A autora (2021)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa inicialmente tinha como objetivo fazer a aplicação da proposta da *SDC* juntamente com a turma, porém, por conta da pandemia do Coronavírus não foi possível, dessa forma, optou-se por apresentá-la como sugestão de atividade a ser desenvolvida com discentes surdas e surdos do 6º ano do Ensino Fundamental Maior da escola Benvinda de Araújo Pontes no município de Abaetetuba-Pa. Contudo, foi possível concluir o restante dos objetivos, especialmente, a discussão teórica sobre aspectos importantes para o benefício da pessoa surda. A pesquisa então, se concentrou em apresentar a importância da tradução interlingual de literatura para a inclusão de pessoas surdas usuárias da Libras no espaço educacional. A Libras é a língua da comunidade surda brasileira, como já discutido na primeira seção deste trabalho, tem papel fundamental no processo de inclusão de seus falantes. A Libras na escola facilitará o processo de aprendizagem, uma vez que será a língua de instrução para ensinar os conteúdos escolares. Portanto, a língua de sinais será a base, principalmente para a aprendizagem da segunda língua, o português escrito.

O processo de inclusão de pessoas surdas nos espaços sociais tem acontecido lentamente, para que esse cenário mude é preciso inserir profissionais capacitados como professores, tradutores e intérpretes de língua de sinais. Esses profissionais atuam na construção e desenvolvimento da pessoa surda, além de oferecer uma melhor forma de comunicação, por meio da interação entre pessoas surdas e ouvintes. Além da evidente necessidade desses profissionais de tradução de Libras-português nos espaços sociais, é preciso oferecer cursos de formação na área de tradução e interpretação de língua de sinais nas instituições de ensino superior com maior frequência, já que, o número de pessoas surdas nesses espaços vem aumentando, é necessário que estes profissionais sejam competentes e estejam preparados para atendê-las(os). A escola também deve modificar seu currículo, como sugestão utilizar a literatura surda no processo de ensino-aprendizagem, para de fato incluir discentes surdas e surdos.

Esta pesquisa sugere que a literatura surda é um recurso que tem um papel fundamental para fazer o resgate da cultura surda e da história da comunidade surda. Por fim, a pesquisa apontou como proposta metodológica a execução de uma *SDC* que ao trabalhar com o gênero textual fábula pode aproveitar o conhecimento prévio de suas e seus discentes e fomentar a leitura, a escrita através da tradução de Libras para o desenvolvimento do português escrito como segunda língua. A *SDC* pode ser uma proposta assertiva que utiliza como material inclusivo o livro da escritora Uendy Feitosa por aborda a questão da surdez. A seleção do livro se deu por ser uma literatura para pessoa surda em que a história traz como protagonista um personagem surdo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Betty L. Literatura Surda em Língua Brasileira de Sinais: Tradução com Foco no Antropomorfismo. In: RIGO, Natália Schleder (Org). **Textos e Contextos Artísticos e Literários:** Tradução e Interpretação em Libras, volume III,1. ed., Petrópolis: Arara Azul, p. 16-31, 2020.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução:** a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1.ed. 1986

AUBERT, Fancis Henrik. A Fidelidade no processo e no produto da tradução. **I Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, 14, Campinas, IEL/Unicamp, 115-119, jul./dez. 1989.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 262-306.

BORGES, Ana Isabel; NERCOLNI, José Marildo. **A (im) possibilidade da tradução cultural**. An. 2. Congr. Bras. Hispanistas Oct. UFRJ, 2002.

BOSSE, Renata Ohlson H. **Literatura Surda no Currículo das Escolas de Surdos**. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em: 20/08/2021.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 21/08/2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 22/08/2021.

BRASIL. LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em; https://www.in.gov.br/en;/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749. Acesso em: 18/09/2021.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 21/08/2021.

CARVALHO, Márcia M. **Avaliação da compreensão escrita de aluno surdos do Ensino Fundamental Maior**. OmniScriptum GmbH & Co. KG. Novas Edições Acadêmicas-NEA, 2017.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc.**, Campinas, v 26 nº 91, p. 583-597, maio/ago. 2005.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: **Gêneros orais e escritos na escola,** tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales. Campinas, SP, Mercado das Letras, 2004.

FEITOSA, Uendy. **E quem disse… que não falo?.** Ilustrações Maciste Costa, tradução Márcia Monteiro Carvalho. Belém, Folheando, 2020.

FENEIS, Wikipédia. Org./wiki/Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_Surdos. Acessado em 10/09/2021.

FERNANDES, Eulália; RIOS, Katia Regina. Educação com bilinguismo para crianças surdas. **Intercâmbio**. Paulo: PUCSP, v. II, p. 13-21, 1998.

GRANDE, Rosilene Munhoz Casa. **Inclusão:** privilégio de conviver com as diferenças. 2006. 37 f. Monografia. Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades de encaminhamento. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia**: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000. p. 114-122.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda. ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n. 2, p.98-109, jun. 2006.

KARNOPP, Lodenir; MACHADO, Rodrigo N. Literatura Surda: ver histórias em línguas de sinais. **Anais do 2º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação** – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

KLEIN, Madalena e ROSA, Fabiano. O que sinalizam os professores surdos sobre literatura surda em livros digitais. In: KARNOPP, Lodenir; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (Org). **Cultura Surda na Contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Intérprete de LIBRAS:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços inclusivos. **Cadernos de Educação**, 36, p. 133-153, maio-ago. 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MAIA, Zenaide. O ensino da leitura a partir do gênero fábula. 2008, p. 7. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/520-4.pdf Acesso em: 14/10/2021.

MOURÃO, Cacau. **Literatura Surda:** Experiência das mãos literárias**.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2016.

NOVA ESCOLA. Sobre sequências didáticas: Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1493/como-organizar-sequencias-didaticas. Acesso em: 29/09/2021.

PAGURA, Reynaldo. A Interpretação de Conferências: Interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A**., 19, Especial, 2003, p.209-236.

PASSOS, Talita L; SANTIAGO, Vania A. Uma versão de um conto: tradução de literatura infantil para narrativas visuais em Libras. In: RIGO, Natália Schleder (Org).

Textos e Contextos Artísticos e Literários: Tradução e Interpretação em Libras, volume I.– 1. ed., Petrópolis: Arara Azul, p. 286-315, 2019.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Tendências: o narrar e a política. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 05, p. 217-226, 2003.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC, 2004.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, Ana Cecília; OLIVEIRA, Marcelo; SILVA, Ranolfo. O Papel do Tradutor Intérprete de Libras na Educação Especial e Inclusiva**. Emblemas**, v. 16, n. 1, p. 96-101, jan. – jun. 2019.

RODRIGUES, Carlos; BEER, Hanna. Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais: Novo Campo Disciplinar Emergente? **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 17-45, jul-dez, 2015.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Intérprete de Libras**. Curitiba: IESDE BRASIL S.A., 2011.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**.Campinas, SP, 2008.

SEGALA, Rimar Ramalho. **Tradução Intermodal e Intersemiótica/Interlingual**: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Florianópolis, UFSC, 2010.

SENADO NOTÍCIAS. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb. Acesso em: 18/09/2021.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia; JUNIOR, Lautenai Antonio Bartholamei. **Estudos da Tradução I**. Material de estudos do Centro de Comunicação e Expressão. UFSC, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **Concrete humanpsychology**. SovietPsychology, v. 27, n. 2, p. 53-77, 1989.